



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

VERA VIEIRA BERNAL DE ALMEIDA

ATUAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): A VIGILÂNCIA
SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E IGREJA CATÓLICA NO
ESTADO DE PERNAMBUCO (1975-1985)

JOÃO PESSOA - PB

2023

VERA VIEIRA BERNAL DE ALMEIDA

Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): a vigilância sobre os movimentos sociais no campo e Igreja Católica no estado de Pernambuco (1975-1985)

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes.

JOÃO PESSOA - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447a Almeida, Vera Vieira Bernal de.

Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): a vigilância sobre os movimentos sociais no campo e Igreja Católica no estado de Pernambuco (1975-1985). / Vera Vieira Bernal de Almeida. - João Pessoa, 2023. 47 f. : il.

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, 2023/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Ditadura Militar. 2. Movimento sociais - Pernambuco. 3. Igreja católica. 4. Serviço Nacional de Informações (SNI). I. Nunes, Paulo Giovani Antonino. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 930

VERA VIEIRA BERNAL DE ALMEIDA

Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): a vigilância sobre os movimentos sociais no campo e Igreja Católica no estado de Pernambuco (1975-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado em __/__/__ Conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Nota _____

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador.

Nota _____

Prof^a. Dr^a. Monique Guimarães Cittadino

Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Leitora

Nota _____

Prof^a. Me. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais
Leitora

Dedicatória

À minha querida mãe, Vera Lúcia Vieira dos Santos e à minha madrinha, Maria Cristina Castelo de Souza (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, Almir Bernal de Almeida, que, mesmo com tantas dificuldades financeiras, investiu na minha educação e, do seu jeito problemático, me incentivou a nunca desistir dos estudos.

Sou grata aos amigos Saulo Watanabe, Lucas Rafael Rodrigues, Glayusk Lacerda, Erik Valdevino e Lucas Lobianco, que me deram suporte emocional e material, principalmente, durante a fase final dessa longa e turbulenta trajetória da graduação. Agradeço à companheira Olga Veiga que, com o seu jeitinho peculiar de expressar seu conhecimento, contribuiu para que eu enxergasse e tentasse trilhar um caminho mais proveitoso dentro do curso.

Minha enorme gratidão a todas pessoas que estiveram ao meu lado durante o isolamento social devido à pandemia de COVID-19, que me deram amor e tiveram muita paciência comigo durante esse período difícil para a maioria dos brasileiros.

Agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFPB, em especial ao meu orientador, professor Dr. Paulo Giovani, por ter me proporcionado a possibilidade de ser sua bolsista na Iniciação Científica, por ser um grande exemplo de pesquisador, pela sua paciência e compreensão.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Paraíba, pois sem o ensino público eu e outros milhares de estudantes não teríamos a oportunidade de concluir uma graduação gratuita e de qualidade.

RESUMO

Neste trabalho investigamos a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre os movimentos sociais no campo e sobre a Igreja Católica “progressista”, no estado de Pernambuco. A pesquisa se localiza no campo da “Nova” História Política em diálogo com a História Social, por entendermos “[...] que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo.” (BARROS, 2005, p. 2). Utilizamos como fontes os documentos do Fundo SNI, Agência Pernambuco (APE) – entregues, em 2016, à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM-PB), hoje disponibilizados no Memorial da Democracia, na Fundação Casa José Américo (FCJA) – em conjunto com fontes bibliográficas que tratam da criação do primeiro órgão relacionado à atividade de informações (anterior à ditadura militar), do golpe civil-militar, da estruturação e atuação do Serviço Nacional de Informações, até o período da abertura “lenta, gradual e segura”, abordando a retomada dos movimentos sociais no campo com o apoio da Igreja Católica “progressista”.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Movimentos Sociais; Igreja Católica; SNI; Pernambuco.

ABSTRACT

In this work we investigate the surveillance of the National Information Service (SNI) on social movements in the countryside and on the “progressive” Catholic Church in the state of Pernambuco. The research is located in the field of “New” Political History in dialogue with Social History, as we understand “[...] that a historiographical approach or practice cannot be rigorously framed within a single field.” (BARROS, 2005, p. 2). We used as sources the documents of the SNI Fund, Agency Pernambuco (APE), delivered, in 2016, to the State Commission for Truth and Preservation of the Memory of Paraíba (CEVPM-PB), now available at the Memorial da Democracia, at the Casa José Américo Foundation (FCJA) – together with bibliographic sources that deal with the creation of the first body related to information activity (prior to the military dictatorship), the civil-military coup, the structuring and performance of the National Information Service, until the “slow, gradual and safe” opening period, addressing the resumption of social movements in the countryside with the support of the “progressive” Catholic Church.

Keywords: Military Dictatorship; Social Movements; Catholic Church; SNI; Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organograma do Sistema Nacional de Informações (SisNI).

FIGURA 2 - Carta de d. Helder Camara.

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Agência Central
ACB – Ação Católica Brasileira
ACE – Arquivo Cronológico de Entrada
ACR – Ação Católica Rural
AI-5 – Ato Institucional n. 5
AP – Ação Popular
APE – Agência Pernambuco
ARE – Agência Recife
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano
CEMVDHC-PE – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEVPM-PB – Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI – Centro de Operação e Defesa Interna
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DOI – Destacamento de Operações Interna
DSI – Divisão de Segurança e Informações
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EMA – Estado-Maior da Armada
EME – Estado-Maior do Exército
ESG – Escola Superior de Guerra
FCJA – Fundação Casa José Américo
FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais e de Agricultores Familiares de Pernambuco
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

N-SISA – Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica

OBAM – Operação Bandeirantes

PNI – Plano Nacional de Informações

SADEN – Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SIM – Serviço de Informações da Marinha

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança Interna

SNI – Serviço Nacional de Informações

SSM – Serviço Secreto da Marinha

SUSIEM – Subsistema de Informações Estratégicas Militares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ATIVIDADES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI).	19
1.1 O SNI e a comunidade de informações.	19
1.2 Contexto nacional: O clero “esquerdista” e as questões fundiárias “sob os olhos” da comunidade de informações.	27
CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, IGREJA CATÓLICA E A VIGILÂNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) NO ESTADO DE PERNAMBUCO.	32
2.1. Dom Helder Camara e os movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI.	32
2.2. Reorganização dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata pernambucana: as greves em São Lourenço da Mata, Paudalho e Igarassu.	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Esta monografia é fruto do Projeto de Iniciação Científica intitulado “A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte”, orientado pelo Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes¹, do qual fui pesquisadora do plano “Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte: a vigilância sobre os movimentos sociais no campo e a Igreja Católica (1975-1985)”, sob a vigência de dois anos (2021 a 2023), desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba.

Objetivamos desenvolver aqui uma narrativa a partir da investigação dos documentos do Fundo SNI, Agência Pernambuco (APE)², sobre a vigilância do SNI no que dizem respeito aos movimentos sociais no campo e o clero “progressista” no estado de Pernambuco, durante o período da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo então presidente Ernesto Geisel, momento em que o Serviço temia a perda da sua relevância, pois as lutas armadas haviam sido desmanteladas pela repressão, e os movimentos sociais no campo, com o apoio de parte da Igreja Católica, estavam retomando as suas reivindicações.

A criação do Serviço Nacional de Informações foi um dos principais passos para a centralização do poder Executivo, pois, teoricamente, sua principal tarefa seria produzir informações referentes à Segurança Interna, que deveriam ser levadas diretamente ao presidente da República. O general Golbery do Couto e Silva, criador do SNI, teve formação na Escola Superior de Guerra (ESG), que em seu manual afirmava:

as “Informações na Segurança Interna” são necessárias para identificar “antagonismos e pressões” e manter sob vigilância as atividades de oposição, “para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a identificá-los [aos “agentes” desses “antagonismos e pressões”], neutralizá-los ou anulá-los”. (ALVES, 1984, p. 72).

O SNI tomou proporções imensuráveis, adentrando e vigiando todas as esferas da sociedade, como os políticos, os sindicatos, servidores públicos, estudantes, trabalhadores rurais, Igreja Católica etc, inclusive os próprios aliados do governo; produziu informações que

¹ Professor da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Antiga Agência Recife (ARE) e posteriormente denominada de Agência Pernambuco (APE). Ver a “Relação das siglas por agências” em ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 60.

contribuíram com a repressão, logo com a violação dos Direitos Humanos, como é possível notar em outros trabalhos que também investigam a atuação do Serviço³.

A investigação desses documentos se configura em uma função social, pois:

[...] os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem - produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações dos seus direitos. (BAUER; GERTZ, 2015, p. 178).

No intuito de analisar e discutir a relação entre Estado autoritário, Igreja Católica “progressista” e movimentos sociais no campo, no estado de Pernambuco durante a distensão política, nos baseamos no aporte teórico do campo da “Nova” História Política em diálogo com a História Social.

Pode-se dizer que a História Política foi a primeira dimensão⁴ da História, antes mesmo de existirem dimensões de estudo na historiografia ocidental. Todavia, esta História Política, conhecida como tradicional, priorizava o Estado, as instituições e Revoluções que giravam em torno dele, e os “grandes homens”; preocupava-se com o curto prazo, com a narrativa dos fatos. Em síntese, a História Política preocupou-se, durante séculos, em descrever fatos relevantes à elite, por isso, inclusive, viria posteriormente a ser criticada como factual e elitista.

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; pretende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (JULLIARD, 1995, p. 180 e 181).

Essa História Política predominou por séculos e, durante o Antigo Regime, interessou-se pela figura do monarca, porém com a queda das monarquias, o Estado pôs-se a reinar para a História Política tradicional,

[...] consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre ideologias políticas. (RÉMOND, 1996, p. 15).

³ Ver DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle**: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 252. 2021; FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão?”** Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 265. 2020; e SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada**: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 229. 2020.

⁴ Utilizo aqui a noção de dimensão tratada por José d’Assunção Barros (2005).

Contudo, a História Política não tardaria a tomar outros rumos. A partir dos anos de 1940 seria desenvolvida uma má reputação da mesma entre historiadores franceses da primeira geração da Escola dos Annales, como Marc Bloch e Lucien Febvre. Houve uma calmaria nos ânimos contrários à dimensão política na História até o retorno da crítica à mesma nos anos 1960 pelos marxistas ortodoxos que viriam de encontro aos Annales, e afirmavam que somente o político não explicava a sociedade e tornava-se necessário priorizar o econômico.

Aí se desenha o quadro para uma intensificação da aversão ao político nesta década específica da historiografia francesa, pois a política estatal estará em franco descrédito no pensamento historiográfico de esquerda, e ainda não estava suficientemente difundida uma noção do “político” para além destas esferas tradicionais que traziam no Estado um especial destaque. (BARROS, 2012).

É discutível se a história política já esteve em algum momento fora das produções historiográficas⁵. Ela teve seus altos e baixos na historiografia ocidental, passou por um período de secundarização, até mesmo negação, sobretudo, pelos historiadores franceses; contudo, a mesma École des Annales que criticou e recusou o “político”, foi quem pensou em uma possível renovação do mesmo, a partir da sua terceira geração de historiadores que, nos anos de 1970, começaram a elaborar uma História Política diferente da tradicional, como Jacques Le Goff⁶ e Jacques Julliard⁷. Porém, na década seguinte seria melhor desenvolvida a percepção de uma “Nova” História Política, por René Rémond.

Antes de adentrarmos no retorno do político, de forma mais efetiva, como dimensão historiográfica, é necessário promovermos algumas observações relevantes ao aporte teórico desta pesquisa. Antes mesmo dos historiadores franceses empreenderem o retorno da História Política (renovada), historiadores da Escola Inglesa já estavam desenvolvendo trabalhos que promoviam um retorno do “político” à História, mais especificamente à História Social. Marxistas como Edward Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm construíram obras de significativa relevância para a historiografia, que combinavam o Político, o Social e o Cultural. Segundo Barros (2012), no final dos anos 1960, Hobsbawm, em uma conferência intitulada “O que os Historiadores devem a Karl Marx”,

⁵ Discussão promovida por José d’Assunção Barros (2012).

⁶ Jacques Le Goff foi pioneiro na indicação de uma possível renovação da História Política, num texto escrito em 1971. Ver LE GOFF, Jacques. “A Política Será Ainda A Ossatura da História?”. In: LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

⁷ Jacques Julliard foi mais enfático nessa possibilidade de renovação da História Política, num texto publicado em 1974, na França, e em 1976, no Brasil. Ver JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

[...] já mostrava como a História Política que se fazia no século XIX, ao lado da História da Guerra, da História da Diplomacia, e eventualmente da História Institucional, era uma História “da” política. Ou seja, estudavam-se as figuras políticas proeminentes, e o jogo político que se dava ao nível das Instituições Políticas ligadas aos Estados-Nacionais. Só bem mais tarde, com o avançar do século XX [...] iria se afirmar algo bem diferente: uma verdadeira História Política (isto é, uma história do Poder, em todas as suas instâncias), e não mais uma História da Política. (BARROS, 2012, p.

A noção de “poder” foi essencial para o retorno do “político”, discorrerei sobre isso mais adiante. Agora atentaremos a alguns dos motivos para a volta do político segundo os autores que mais se debruçaram sobre a temática, René Rémond (1996) e Jacques Julliard (1995). O retorno do político ao campo de objeto da história se deu devido a noção de que decisões políticas podem interferir sobre o econômico, “Uma escolha política que pode nada dever à análise econômica [...], como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia consequências incalculáveis”. (RÉMOND, 1996, p. 23).

Outros motivos que também contribuíram para o retorno do político foi o aumento das atribuições do Estado e a renovação epistemológica, que proporcionou a utilização de pesquisas quantitativas como dados estatísticos de eleições e estudos de opinião pública, a percepção de que todos os indivíduos são sujeitos políticos (além dos “grandes homens” já estudados) e passou a trabalhar a longa e média duração, além da já trabalhada curta duração. Para Julliard (1995, p. 188) “O historiador político deverá, portanto, fazer cada vez mais apelo ao longo prazo, que dizer, encarar a temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas, da mudança”.

Outra mudança significativa para o retorno do político, foi a ampliação da noção de “poder”. A História Política renovada passa a se interessar pelo “poder”, porém a partir de uma ideia mais ampliada, diferentemente da utilizada pelos historiadores tradicionais que enxergavam o “poder” somente no Estado e nas suas Instituições. A percepção de “poder” assimilada pela “Nova” História Política:

É aquilo que também exercemos na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante, “Poder” é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos. O “Poder” apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupam simultaneamente a função de atores e de espectadores - daí que se possa falar hoje em um “teatro do poder” quando examinamos a política nas várias épocas históricas. Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e sociais que redefiniu radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo que os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade e que os adultos que aprenderam a reconhecer naqueles mais jovens. (BARROS, 2012, p. 27 e 28).

A História Política passou a se preocupar com as grandes massas desconhecidas, com uma “História vista de Baixo”. E, a partir de todas essas transformações, a História Política reaproximou-se da História Social, adquirindo novos objetos, como as relações políticas entre diferentes grupos sociais.

Foi através deste campo de interesses que se preocupa em entender “o poder na sociedade”, e também “a sociedade através do poder”, que a História Política pode fazer a sua passagem para uma historiografia mais moderna, uma vez que era precisamente este o campo no qual ela não se contraditava com as novas propostas de uma História Social trazida pela escola dos Annales e pelos novos marxismos, correntes que se apresentavam como as grandes vanguardas da virada historiográfica do século XX. (BARROS, 2012, p. 29).

Partindo do campo da História Política “renovada”, nos apropriaremos do conceito de cultura política, que surgiu no século XX, nos anos 1960, com Gabriel Almond e Sidney Verba, porém a partir de inspiração de autores anteriores, como o francês Alexis de Tocqueville. A partir do livro “A Democracia na América” (1835), de Tocqueville, cientistas sociais desenvolveram o argumento de que “[...] o funcionamento dos sistemas políticos dependeria de fatores culturais”. (MOTTA, 2009, p. 15).

Almond e Verba “Criaram uma complexa tipologia para enquadrar as diferentes formas de cultura política, culminando num esquema que as resumia a três tipos básicos: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa.” (MOTTA, 2009, p. 17). Os autores diziam que a cultura política participativa combinada com estruturas políticas democráticas originaria a cultura cívica, todavia, afirmavam que não era simples a exportação do modelo democrático ocidental para as regiões periféricas, pois era necessário que os países atrasados investissem na sua modernização industrial e na educação para poderem, talvez, alcançar a cultura política cívica. Esses dois cientistas políticos também propuseram o termo sub-cultura política para explicar a existência de mais de uma cultura política convivendo no mesmo espaço nacional.

Devemos pontuar aqui que essa perspectiva de cultura política desenvolvida por Almond e Verba é significativamente etnocêntrica, pensada estritamente pela ótica ocidental, o que faz com que os autores recebam várias críticas e gera constantes debates nas ciências sociais sobre o real potencial explicativo do conceito.

Pouco desenvolvemos conceitos na História, logo, costumamos nos apropriar de conceitos de outras áreas e assim aconteceu com o conceito de cultura política. O conceito foi apropriado inicialmente pelos historiadores franceses - externos ao movimento dos Annales - Serge Bernstein e Jean-François Sirinelli, entre as décadas de 1980 e 1990, com a renovação da

história política. Esses historiadores se opuseram à visão etnocêntrica de Almond e Verba. Sobre o conceito, Berstein (1998, p. 350) afirma que “[...] a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama.

O historiador ainda afirma que:

Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência a um sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm de felicidade. (BERSTEIN, 1998, p. 363).

A proposta de Berstein e Sirinelli era identificar as várias culturas políticas que poderiam ocupar e disputar o mesmo espaço nacional e não tentar identificar uma cultura política específica de cada povo. E é a partir dessa proposta que eles focam no estudo das culturas comunista, socialista, liberal, conservadora (tradicionalista), republicana, etc.

Na historiografia brasileira, o autor Rodrigo Patto Sá Motta desenvolveu análises partindo da realidade do Brasil e com significativa influência de Serge Berstein. Motta define cultura política como um:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21).

E no campo da História Social, nos detemos no conceito de classe e consciência de classe. Sendo assim, partimos da definição dada por E. P. Thompson que afirma que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 2021, p. 10).

E é a partir do conceito de Cultura Política pertencente ao campo da “Nova” História Política em diálogo com estes conceitos da História Social que analisamos os órgãos e sujeitos sociais envolvidos na vigilância, o desrespeito aos Direitos Humanos, as disputas de classes, as lutas por justiça social e pelas garantias de direitos trabalhistas, durante a ditadura militar no Brasil, mais especificamente durante a abertura “lenta, gradual e segura”. Entendemos que a História Política em comunhão com a História Social fornece aporte

teórico significativo para a análise e discussão sobre as ações dos agentes do Serviço Nacional de Informações e dos trabalhadores rurais com o apoio da Igreja Católica “progressista”, no estado de Pernambuco.

O nosso procedimento metodológico configurou-se, primeiramente, na ampla revisão bibliográfica acerca dos temas Ditadura Militar no Brasil e a montagem e atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) no país e no estado de Pernambuco. Entre os autores estudados acerca desses temas estão presentes Carlos Fico (2001, 2003); Maria Helena Moreira Alves (1984); Priscila Carlos Brandão Antunes (2001); Lucas Figueiredo (2005); Dmitri Felix do Nascimento (2013), entre outros.

Como a pesquisa parte da perspectiva teórica da Nova História Política em diálogo com a História Social, o passo seguinte foi promover a revisão bibliográfica sobre os trabalhos destes dois campos. O ponto de vista da História Política “Renovada” partindo de autores como Jacques Julliard (1995) e René Rémond (1996), e a perspectiva da História Social baseando-se em E. P. Thompson (2021), José D’Assunção Barros (2012) e Hebe Castro (1997).

O terceiro passo foi promover - no intuito de compreender o papel da Igreja Católica e dos movimentos sociais no campo no contexto nacional e no estado de Pernambuco, no cenário da ditadura militar e da reabertura política - a leitura de Kenneth P. Serbin (2001), Paulo César Gomes (2014), Paulo Cavalcanti (2008) e também de trabalhos como os que compõem os três volumes de Pernambuco na Mira do Golpe, organizados por Marcília Gama da Silva e Thiago Nunes Soares (2021). Também executamos a leitura dos dois volumes do Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC-PE), entre outros trabalhos.

Por fim, a pesquisa empírica se constituiu na análise dos documentos do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência Pernambuco, que compreendia os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. O referido acervo, originalmente disponível no Arquivo Nacional, foi entregue em 2016 à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM-PB) e hoje encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Os documentos do SNI são o que Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz chamam de “fontes sensíveis”, pois:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras

militares, [alguns de] seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recentes dessas sociedades. (BAUER e GERTZ, 2015, p. 178).

Ainda segundo os autores:

[...] os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem - produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações dos seus direitos. (BAUER e GERTZ, 2015, p. 178).

Logo, é a partir desta perspectiva que a pesquisa empírica constituiu-se na leitura e análise desses documentos, no intuito de verificar quais foram os movimentos sociais no campo e os membros da Igreja Católica em Pernambuco que sofreram a vigilância do Serviço Nacional de Informações e verificar também as consequências, do ponto de vista político e pessoal, para as pessoas desses setores que tiveram seus nomes citados em documentos produzidos pelo referido órgão; e através do confronto com outras fontes, averiguar o grau de veracidade das informações produzidas pelo Serviço.

Além da Introdução, este trabalho se constitui em dois capítulos. No Capítulo 1 promovemos uma ampla revisão bibliográfica acerca da montagem do Serviço Nacional de Informações, bem como da comunidade de informações e da atuação da Igreja Católica no contexto nacional, no intuito de entendermos as motivações da vigilância do SNI sobre a Igreja e os movimentos sociais no campo, e também o que levou uma ala dela a se aproximar das reivindicações sociais e dos Direitos Humanos.

No Capítulo 2 abordaremos a atuação da Igreja Católica “progressista” em conjunto com as mobilizações que ocorreram na zona canavieira de Pernambuco durante a abertura política, mais especificamente, a partir do ano 1979. Neste capítulo promovemos uma revisão bibliográfica sobre a atuação da Igreja Católica no Estado de Pernambuco e sobre as greves dos trabalhadores rurais, e, para compreendermos a vigilância exercida pelo SNI sobre esses setores, analisamos documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco.

CAPÍTULO 1: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ATIVIDADES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI).

1.1 O SNI e a comunidade de informações.

A criação do primeiro órgão relacionado à atividade de informações ocorreu em 1927 no governo de Washington Luís. O Conselho de Defesa Nacional (CDN) foi desenvolvido tendo como principal objetivo a defesa da Pátria, devido ao que vinha ocorrendo no Brasil e

no mundo naquela década, como o movimento tenentista e operário e a influência mundial da Revolução Russa de 1917.

Em 1934, já no governo de Getúlio Vargas, houve a reorganização do CDN e foram criadas a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional, que deveriam reorganizar os assuntos de interesse do país em pastas. Ainda em 1934, o Conselho de Defesa Nacional foi alterado para Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, com o golpe de 1937, Vargas estabeleceu uma nova Constituição e, com ela, o CSN foi responsabilizado por coordenar estudos relacionados à segurança do país.

Porém, mesmo com as mudanças que ocorreram desde 1934, o Conselho de Segurança Nacional permaneceu, no geral, com as mesmas atribuições do Conselho de Defesa Nacional, que tinha como principal e nebuloso propósito: a defesa da pátria, ou seja, do Brasil. “Mesmo com a nova configuração dada por Getúlio, o serviço secreto brasileiro ainda era um monstro pela metade. [...] faltavam-lhe as penas (os espiões)”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 42).

Em 1946, com a conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, o presidente Eurico Gaspar Dutra criou o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), órgão civil regido por militares. Pela primeira vez o Brasil teve oficialmente um serviço secreto. E em 1949 foi baixado um decreto que objetivava organizar as informações que poderiam estar relacionadas à segurança do país, com

[...] o mesmo tom vago das legislações impostas por Washington Luís e Getúlio Vargas. Contudo, era nas entrelinhas do decreto que se revelava a que tinha vindo o Serviço. O SFICI ficaria alojado, dentro do Conselho de Segurança Nacional, na seção encarregada de duas missões: levantar informações e preparar o país para a guerra. Sem motivos para lutar no exterior nem bombas atômicas para fazê-lo, as Forças Armadas voltariam seus canhões - e seu serviço secreto - para dentro do país. Os inimigos da pátria agora eram os próprios brasileiros. E ao Serviço caberia combatê-los. (FIGUEIREDO, 2005, p. 51).

O presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, indicou o general Humberto de Souza Mello para ativar o SFICI e, a partir disso, este passaria a ser um órgão que produziria informações. “[...] o Brasil passa a ter o seu serviço secreto no ano de 1946, apenas simbolicamente, sendo só no ano de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, que passa a ter uma estrutura mínima de funcionamento [...]”. (NASCIMENTO, 2013, p. 12).

Enquanto alguns militares afirmaram que a capacidade operativa do SFICI mal tinha sido desenvolvida e seus documentos possuíam pouca confiabilidade, outros asseguraram que em 1960 o Serviço já estava muito bem estruturado. Os que se colocaram em defesa do órgão foram os que tiveram participação ativa no mesmo e os que desconfiaram da capacidade

operativa dele foram os que se ocuparam, após o golpe de 1964, na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Inclusive, segundo Antunes (2001, p. 51), há a hipótese de que o presidente João Goulart caiu justamente pela ineficiência do SFICI, e há quem afirme que a agência sabia das articulações golpistas e optou por não informar o presidente, já que ela era gerenciada majoritariamente por militares. Todavia, não existem evidências que comprovem que Goulart não foi informado devido a ineficiência do SFICI ou porque houvesse desinteresse dos servidores do mesmo.

Logo após o golpe civil-militar de 1964, o presidente Humberto Castelo Branco solicitou que o general da reserva Golbery do Couto e Silva, ex-integrante da Escola Superior de Guerra (ESG)⁸ e um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁹ desenvolvesse o projeto do novo serviço de informações, e “No dia 13 de junho de 1964 - apenas 74 dias após o golpe -, o presidente Castelo Branco assinou a Lei 4.341, que extinguiu o SFICI e criava o Serviço Nacional de Informações. Nascia o ‘monstro’”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 131).

O novo Serviço ficou diretamente subordinado à Presidência da República, diferentemente do SFICI que respondia ao Conselho de Segurança Nacional. Sua principal atividade seria subsidiar o presidente da República com informações que interessavam à segurança nacional. A criação do SNI foi o início para o desenvolvimento de um amplo sistema de vigilância contra a sociedade civil e órgãos do Estado, demonstrando a característica autoritária e violadora da ditadura contra os direitos humanos.

O SNI foi o serviço que se diferenciou, pois teve agências criadas em várias capitais do país. Sua Agência Central (AC) – que a princípio se estabeleceu no Rio de Janeiro e posteriormente foi realocada para Brasília – foi organizada em uma chefia e três seções (Seção de Informações Estratégicas, Seção de Operações Especiais e Seção de Segurança Interna). E, em uma proporção menor, as Agências Regionais tiveram a mesma organização, com alguns civis contratados, porém constituídas predominantemente por militares

⁸ “[...] em 1949, os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, uma academia de alto nível para militares baseada no National War College americano. Sediada no Rio, a ESG seria uma espécie de útero do serviço secreto brasileiro”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 56).

⁹ A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada nas entranhas da ESG e utilizada como justificativa ideológica para a tomada do Estado pelo autoritarismo. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984; e BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol.4).

recrutados, principalmente, do Exército. Foram montadas um total de doze Agências Regionais em estados considerados relevantes para a segurança nacional.

Em 1970, o governo militar, visando aperfeiçoar o sistema de informações, instituiu formalmente o Sistema Nacional de Informações (SISNI), a partir do 1º Plano Nacional de Informações (PNI), que passou a ser integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelo Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis, pelo Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais. “Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram ‘executantes’, podendo ser caracterizados como ‘órgãos mistos’, de informações e segurança”. (FICO, 2001, p. 92). Este conjunto de órgãos ficou conhecido como comunidade de informações, pois alguns desses órgãos costumavam trocar informações entre si, outros eram mais restritos como os órgãos militares de informações, que veremos mais à frente.

O SNI, as DSI's e todos os demais órgãos de informações compunham a “comunidade de informações”. Seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. [...] Quase todo documento produzido pela comunidade de informações recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial” ou “secreto”. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do “levantamento de dados biográficos”, uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. Uma “ficha conceito” pretendia avaliar a inteligência, o caráter e o conceito profissional dos indivíduos. Não é difícil imaginar a que vilanias não serviram esses documentos, pois são conhecidos os casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos em função de perseguições políticas impelidas através da comunidade de informações. (FICO, 2003, p. 179).

Os Ministérios Civis (da Justiça, das Relações Exteriores, do Interior etc) possuíam os seus órgãos de informações organizados em Divisões de Segurança e Informações (DSI's), no Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, no Centro de Informações do Exterior e nos órgãos de informações dos territórios federais.

em quatro seções: a seção de busca de informações, a de registro de informações, a de seleção de informações e a seção de serviços gerais.

Comparado aos outros serviços de informações como o do exército e o da aeronáutica, o CENIMAR era o que tinha o sistema mais restrito, impossibilitando o acesso dos militares dos outros órgãos de informações das Forças Armadas a terem acesso. O serviço de informações da Marinha não se deteve em vigiar os “subversivos”, mas também os próprios oficiais da Marinha. Por vezes, agentes eram infiltrados nos navios e, na maioria das situações, sob conhecimento do comandante, a não ser quando este também estava sendo vigiado.

O Centro de Informações do Exército (CIE) teve a sua criação posterior a do CENIMAR, em maio de 1967, através de um decreto, no governo de Costa e Silva. O decreto subordinava o CIE ao Estado-Maior do Exército (EME), porém no governo seguinte, de Emílio Garrastazu Médici, o CIE foi subordinado ao Ministério do Exército. Depois dessa alteração, ocorreriam outras apenas em 1996 com as mudanças no Ministério do Exército.

O CIE foi criado com o objetivo de combater a subversão no Brasil, e na sua estrutura foi criada uma seção responsável pela contra informação e a função desta dizia respeito à segurança pessoal, como por exemplo a segurança do evento das comemorações do Sesquicentenário da Independência. “As funções do CIE nada tinham a ver com os problemas relacionados a questões externas, pois, ao contrário do Serviço Secreto da Marinha, o CIE foi criado justamente com o objetivo de combater a subversão.” (ANTUNES, 2001, p. 66).

Contudo, dentro do Exército havia setores que se responsabilizavam especificamente pela segurança, como os Centros de Operações e Defesa Interna (CODI’s) e os Destacamentos de Operações Internas (DOI’s) que foram formulados a partir das Diretrizes Especiais para a Defesa Interna no governo Médici, com a responsabilidade pela segurança interna e de coordenar as operações de repressão às lutas armadas.

Segundo Priscila Antunes (2001, p. 67), para o general Rubens Denys, essas Diretrizes atribuíam ao Ministro do Exército, general Orlando Geisel, a responsabilidade de todas as ações repressivas, ou seja, todas as questões relacionadas à repressão eram coordenadas pelos CODI’s e pelos DOI’s que passaram a trabalhar juntamente com as polícias estaduais e federais. Esse conjunto de operações foi denominado de Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN).

Os CODI’s se responsabilizaram pelas ações contra a luta armada, eram subordinados ao Estado-Maior do Exército e trabalhavam com informações e agentes das três

forças armadas. Os DOI's eram subordinados aos CODI's sendo sua parte operacional e, segundo o general Moraes Rego, os DOI's foram inspirados na Operação Bandeirantes (OBAN). (ANTUNES, 2001, p. 68). Os Destacamentos de Operações Internas não possuíam uma organização fixa, variavam de acordo com as demandas, e como eram a parte operacional, estavam voltados para a ação e tinham apoio das polícias militares, federais, dos destacamentos de operações do Exército e dos fuzileiros do Distrito Naval.

Mesmo os DOI's sendo subordinados aos CODI's, eles tiveram certo grau de autonomia e dentro do SISSEGIN eles eram os responsáveis pelo trabalho operacional como as batidas, as prisões de suspeitos e a realização de interrogatórios. Alguns membros dos DOI's fizeram cursos de interrogatório na Inglaterra.

O apoio e participação dos serviços de informações tanto civis quanto das Forças Armadas aos DOI's e aos CODI's foram os principais responsáveis pela associação, que a sociedade promove, entre atividade de informações e segurança e atividade de informações e operações clandestinas.

O último órgão de informações das Forças Armadas a ser criado foi o da Aeronáutica. No governo Costa e Silva, em julho de 1968, foi desenvolvido, a partir de um decreto, o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA). O oficial responsável pela criação do N-SISA foi o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que no ano anterior estudou na Escola de Inteligência Militar em Fort Gullick, no Panamá. A escola formava os oficiais dentro da perspectiva do combate ao comunismo.

Com as Diretrizes Especiais para Defesa Interna, criadas no governo Médici, em 1970 o N-SISA foi extinto e a Aeronáutica criou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), diretamente subordinado ao Ministério da Aeronáutica. Este órgão foi criado para acompanhar as forças subversivas no país e para elaborar táticas a serem empregadas, todavia, o CISA do brigadeiro Burnier, com o consentimento do ministro Márcio de Souza, exagerou na sua percepção de subversão e passou a incomodar, inclusive, alguns oficiais da Aeronáutica, pois o serviço de informações da Aeronáutica começou a espionar os seus próprios comandantes.

A partir dos anos 1990 os serviços de informações das Forças Armadas foram reformulados e passaram por alterações nas suas nomenclaturas, trocando “serviço de informações” por “serviço de inteligência”, no intuito de apagar a marca deixada neles pelas suas atividades repressivas.

Os militares costumam afirmar que a rede de informações no Brasil se baseou no padrão dos países ocidentais, todavia, além da comunidade de informações passar por um processo histórico diferente desses outros países, o Brasil desenvolveu a atividade de informações, necessariamente, para reprimir a sociedade civil.

A construção da comunidade de informações brasileira não foi construída tendo como base estes modelos ocidentais. A maioria destes países possui agências técnicas especializadas para cada tipo de atividade e têm suas áreas de atuação claramente delimitadas. O modelo adotado no Brasil, como observamos no caso do SNI, é o modelo centralizado do serviço de inteligência russo, a KGB. (ANTUNES, 2001, p. 74).

De qualquer forma, durante a Guerra Fria, o Brasil abraçou a doutrina elaborada pelos países ocidentais, ou seja, eliminar a ameaça comunista e a influência da União Soviética.

Com as mudanças na conjuntura internacional (decadência da Guerra Fria) e na conjuntura nacional (final da ditadura militar), as eleições para o primeiro presidente civil - depois de vinte e um anos de regime - e a substituição de Tancredo Neves por José Sarney à presidência devido a problemas de saúde do primeiro, o fim da ameaça comunista etc, o chefe do SNI, general Ivan de Sousa Mendes, admitiu que o SNI precisava rever a atuação do órgão.

As atividades do SNI, que antes eram voltadas a informações, passaram a ser focadas em problemas externos como espionagem internacional e problemas de fronteira. Segundo alguns militares, houve significativas mudanças no Serviço até a data da sua extinção, e estas mudanças faziam parte do Projeto SNI. A partir deste projeto, o presidente Sarney transformou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN), aprovando um novo regulamento para o SNI e proporcionando um novo caráter para o mesmo.

O ministro chefe do SNI, o general Ivan, se responsabilizou pela elaboração de um novo Manual de Informações em 1989, onde havia uma nova concepção para o conceito de informações. No final do mandato do presidente Sarney, foi criado um Grupo de Trabalho no SNI que se propôs a estudar novas formas de atuação do Serviço que fossem compatíveis com a nova conjuntura política do Brasil, todavia o SNI foi extinto antes mesmo que houvesse tais mudanças. Ele existiu de 1964 a 1990, quando foi abolido pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Sendo assim, o Fundo SNI da Agência Pernambuco mostra-se um bom exemplo da atuação da comunidade de informações, principalmente se considerarmos os setores da sociedade civil que foram intensamente vigiados pelos Serviço durante a abertura “lenta,

gradual e segura”, visto que, a primeira data de produção a constar em um número significativo dos documentos do Fundo, é o ano de 1979.

1.2 Contexto nacional: O clero “esquerdista” e as questões fundiárias “sob os olhos” da comunidade de informações.

Com a sua separação do Estado, a partir da Proclamação da República, a Igreja Católica passou a perder a sua influência sobre a referida sociedade, sendo assim, buscou reorganizar-se estruturalmente na tentativa de reconquistar o seu lugar social, garantindo os seus privilégios e a proximidade da sociedade brasileira. “Era necessário cristianizar as principais instituições sociais, formar quadro de intelectuais católicos e adequar as práticas religiosas populares aos princípios ortodoxos.” (GOMES, 2014, p. 31 e 32). E, ao longo do mandato de Getúlio Vargas, Igreja e Estado promoveram negociações que beneficiaram ambos os lados. Fazendo parte dessa reorganização, nos anos de 1930, foi criada a Ação Católica Brasileira (ACB) que posteriormente teria significativa contribuição na formação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A partir do fortalecimento do pensamento social da Igreja Católica no Brasil, houve novas mudanças na instituição. A ACB tomou proporções maiores e se subdividiu na Juventude Estudantil Católica (JEC), na Juventude Operária Católica (JOC) e na Juventude Universitária Católica (JUC) que posteriormente daria origem ao grupo revolucionário que participou da luta armada, a Ação Popular (AP). Segundo (SERBIN, 2001, p. 99), essas organizações defendiam o anti-imperialismo e o socialismo. Com essas mudanças na Igreja,

Parte do episcopado aproximou-se dos trabalhadores e dos estudantes, obtendo contato com as questões políticas em que esses grupos estavam envolvidos. Alguns setores da Igreja começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com a justiça social. (GOMES, 2014, p. 32).

Mas um dos passos significativos da reestruturação da instituição no Brasil, foi a criação, promovida pelo bispo cearense dom Helder Camara¹⁰, de uma das primeiras conferências episcopais do mundo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, com a aprovação do monsenhor Giovanni Montini que seria futuramente o papa Paulo VI, sucessor do papa João XXIII. Dom Helder ocupou o cargo de secretário-geral da CNBB

¹⁰ O nome do bispo será citado outras vezes neste trabalho e optamos por grafá-lo sem acento. Segundo Araújo (2012, p. 31) o nome de d. Helder Camara, de acordo com a regra gramatical, não é grafado, e o desejo do bispo era que o seu nome fosse escrito conforme o seu registro de nascimento que estava de acordo com a gramática.

por mais de uma década tendo significativa projeção no mesmo e fazendo com que as suas preocupações político-sociais prevalecessem.

A CNBB serviu de defensora da Igreja brasileira em nível nacional e internacional, promoveu assembleias bianuais (e mais tarde anuais) e levantou numerosos problemas da Igreja, inclusive o da necessidade de estabelecer estratégias pastorais e políticas nacionais. Mais importante, defendeu o nacionalismo econômico como caminho para o progresso social. (SERBIN, 2001, p. 98).

Um número significativo de bispos nordestinos, ocuparam postos na CNBB, todavia deve-se considerar que nem todos compartilhavam das mesmas ideias progressistas que dom Helder e talvez esse seja um dos motivos da Conferência ter conquistado um papel relevante na Igreja brasileira.

[...] nenhum deles se encontrava entre os que, mais tarde, seriam identificados como “bispos progressistas”. Pelo contrário, vários se mostrariam conservadores, como dom Carlos Coelho [Paraíba] e dom Luís Mousinho [Pernambuco], ou mesmo autoritários, como é o caso de dom Eugênio Sales [Rio Grande do Norte]. Mesmo aqueles que vieram a defender alguma mudança social, como dom Fernando Gomes [Paraíba] e dom José Távora [Pernambuco], tiveram um comportamento bastante cauteloso e sem advogar grandes rupturas. Com exceção de dom Helder, não haveria neles mais que a intenção de modernizar a igreja como forma de ampliar e consolidar esfera de influência do catolicismo. (GOMES, 2014. p.35).

Além de contribuir na criação da CNBB, dom Helder teve participação na constituição do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em 1968, na II Assembleia Geral do Celam que ocorreu em Medellín, Colômbia, os bispos que estavam presentes formularam uma declaração que estabeleceu a Teologia da Libertação que buscava analisar, de forma crítica, a realidade social e pretendia contribuir na luta das classes desfavorecidas pelos seus direitos. “Medellín marcou o começo da conhecida ‘década gloriosa’ de inovações na Igreja latino-americana. (SERBIN, 2001, p. 98).

Essa mudança na Igreja Latino-Americana contribuiu para a legitimação da reorganização da Igreja que vinha acontecendo no Brasil. Mas a mudança de maior dimensão que viria priorizar a questão da justiça social e dos Direitos Humanos em escala mundial e que influenciaria a Igreja brasileira nas suas tomadas de decisões, foi o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, que reuniu, entre 1962 a 1965, milhares de bispos e centenas de teólogos de todo o mundo, em Roma, estabelecendo uma das maiores novidades da Igreja Católica que eram as missas que a partir daquele momento seriam rezadas nos idiomas nacionais e não mais em latim, como ocorria até então; e os leigos também seriam considerados como “povo de Deus”. Durante o Concílio,

Eles [os bispos e teólogos] reformularam a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e torná-lo relevante em um mundo moderno em rápida

transformação. [...] Embora dominado por europeus, o Vaticano II assimilou muitas ideias da América Latina graças à pressão dos bastidores de dom Hélder e dom Manuel Larrain, do Chile. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impelir os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. (SERBIN, 2001, p. 99).

A Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar de 1964, porém, a partir do final dos anos 1960, a CNBB posicionou-se contra a ditadura e os bispos e padres mais alinhados a esse posicionamento – conhecidos como clero "progressista" – passaram a ser visados pela comunidade de informações e pela comunidade de segurança.

Os integrantes tanto da comunidade de informações como da comunidade de segurança foram contra a proposta, de 1971, da Comissão Bipartite que foi "[...] uma tentativa de entendimento entre o governo e a alta hierarquia da Igreja Católica, patrocinada com o assentimento de militares moderados." (FICO, 2001, p. 192), acusando a Igreja de ter optado pelo socialismo e que a alta hierarquia desta instituição não teria autoridade o suficiente para reprimir o clero "progressista", ou seja, os subversivos. Para a comunidade de informações e a de segurança, a Igreja Católica estava "[...] em franco processo de deterioração." (FICO, 2001, p. 192).

A Igreja Católica brasileira tornou-se uma verdadeira preocupação para o governo autoritário e para a comunidade de informações. A Igreja, no Brasil, a partir de suas reformulações internas autorizadas pelo Vaticano II, como já dito anteriormente, passou a se aproximar de forma significativa da população. As representações regionais da CNBB e suas dioceses eram responsáveis por elaborar um plano pastoral partindo das prioridades religiosas e de políticas de trabalho; prioridades que se aproximavam cada vez mais dos Direitos Humanos.

O trabalho efetivo é coordenado pela pastoral nacional e pelas locais, que são, sociologicamente, organizações de ação social. Cada pastoral atua em determinado terreno, definido em seu nome; existem, assim, as pastorais da terra, dos problemas urbanos, da Igreja em relação ao mundo, da família, da periferia e das favelas das cidades, dos marginalizados, dos migrantes, do mundo do trabalho, dos camponeses e *bóias-frias*, das crianças e menores abandonados, dos detentos, dos direitos de negros e índios e, finalmente, dos direitos humanos em geral. A nível local, cada pastoral estrutura sua própria rede de grupos para o trabalho coletivo. (ALVES, 1984, p. 201 e 202).

Devido a essa ampla rede de organização, a Igreja Católica era a instituição que conseguia alcançar diversos setores da sociedade como nenhuma outra instituição, nem o Estado autoritário, com todo o seu mecanismo de vigilância, poderia imaginar conseguir. Portanto, ela era uma verdadeira preocupação para os militares, pois "Para alguns analistas de informações, a Igreja católica era um verdadeiro exército, contando com 5.577 paróquias, 276

bispos, 12.647 padres e 42.671 outros religiosos (os números são do CISA), e estava se aproximando demasiadamente do comunismo." (FICO, 2001, p. 195 e 196).

Mesmo a comunidade de informações produzindo inúmeros documentos sigilosos que acusavam a Igreja Católica de comunista e apontavam diretamente alguns bispos como subversivos, como foi o caso de dom Helder Camara e dom Pedro Casaldáliga¹¹, o peso simbólico da Igreja no país, com maior número de católicos no mundo, servia, de certa forma, como proteção a alguns membros da Igreja. “[...] a polícia política, por exemplo, não tinha a mesma liberdade para perseguir os bispos de que dispunha no caso dos jovens que entravam para a luta armada.” (GOMES, 2014, p. 192). Os militares buscavam a diplomacia para tentar lidar com os bispos “subversivos”, pois temiam que o próprio papa passasse a condenar a repressão praticada pelo Estado autoritário.

Mesmo com as tentativas de uma convivência amistosa entre Igreja e militares, alguns bispos não saíram da mira da comunidade de informações, principalmente a partir de meados dos anos 1970, quando as lutas armadas haviam sido reprimidas e o Serviço Nacional de Informações preocupava-se em perder a sua relevância. Carlos Fico (2001) ao analisar de forma pioneira os documentos dos arquivos da extinta Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, aponta um de 1974 que demonstrava o descontentamento da comunidade com a Igreja Católica e a discordância de uma possível tentativa de relacionamento entre a instituição religiosa e o Estado. O documento trazido por Carlos Fico diz o seguinte:

Eles [a alta hierarquia] acham que é um direito da Igreja intervir e participar nos problemas sociais-econômicos do país e usam o Evangelho para contestar o que está estabelecido em nossa Constituição - o regime e, particularmente, o sistema capitalista. Aliás, em todos os documentos oficiais da CNBB, e mesmo do Vaticano, nos últimos anos sobre o assunto, são claras as manifestações condenando o capitalismo e o comunismo. A triste verdade é que a Igreja católica, em sua quase totalidade, optou pelo socialismo, ou pela socialização, o que dá na mesma. Mesmo a alta hierarquia no Brasil, isto é, o cardeal e a CNBB, quisessem reprimir os padres subversivos, faltar-lhes-ia autoridade para isso. [...] Conclusão: não há acordo possível, o governo não pode e não deve esperar nada da dita hierarquia, o governo deve manter a iniciativa da repressão contra os subversivos.” (FICO, 2001, p. 192 e 193).

¹¹ O historiador Paulo César Gomes descreve bem a vigilância exercida pela comunidade de informações sobre o bispo em seu livro **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**, e sobre o bispo, Gomes (2014) diz o seguinte: “O catalão Pedro Casaldáliga Plá nasceu em 1928 e foi ordenado padre pela Congregação Claretiana, em Barcelona, aos 24 anos. Sua primeira missão fora da Espanha aconteceu na Guiné espanhola. Em julho de 1968, ele veio para o Brasil com o intuito de fundar, na prelazia de São Félix do Araguaia, os chamados ‘Cursilhos de Cristandade’, movimento conservador nascido na Espanha que propunha um catolicismo ortodoxo ligado à tradição e à moral cristã.” “Desde que se tornou bispo de São Félix, dom Pedro começou a se envolver em atividades políticas. Tal prática se tornaria a marca de seu percurso, tendo-lhe valido tanto a consagração pelos grupos de esquerda quanto a condenação pelo regime.” (GOMES, 2014, p. 73).

Sendo assim, vários membros da Igreja foram tratados como “subversivos” e estiveram sob a constante vigilância da comunidade de informações, principalmente os que atuavam na questão fundiária que passou a se intensificar com a reabertura política e a ter uma atenção maior da comunidade de informações. Segundo Paulo César Gomes,

Se a paulatina abertura do regime permitia que ele tivesse maior facilidade para protestar, isso não significou uma diminuição nas atividades dos órgãos de informações. [...] De algum modo, o SNI sobrevivia quase que exclusivamente da fabricação de seus próprios inimigos. (GOMES, 2014, p. 190).

Os padres e bispos que estavam presentes, ao lado dos trabalhadores rurais, na disputa entre posseiros e latifundiários, causavam um grande incômodo aos militares e tinham seus nomes frequentemente citados em documentos da comunidade que tratavam dos conflitos que ocorriam no meio rural. Muitos desses membros da Igreja Católica eram por vezes acusados como os estimuladores das contestações dos posseiros, os incentivadores das mobilizações de trabalhadores rurais que questionavam seus padrões sobre suas condições de vida e de trabalho. "Os mais conhecidos atuantes nas questões de terras, de índios e de direitos humanos, são em realidade comunistas padres." (FICO, 2001, p. 196).

Para a comunidade de informações os religiosos que atuavam no meio rural eram acusados de promover “atos subversivos” e, para ela, parte da Igreja era consideravelmente radical e compactuava com a ideologia marxista, o que gerava uma grande preocupação, pois mesmo esse grupo sendo minoritário, ele poderia “contaminar” os outros religiosos.

Os órgãos de informações tratavam corriqueiramente os bispos mais combativos de “progressistas”, “comunistas” e “subversivos”, enquanto os demais eram tratados como “conservadores”, e num primeiro momento de análise pode até ser interessante adjetivar dessa forma os religiosos. Todavia, Paulo César Gomes aponta que essa classificação dos bispos entre “conservadores” e “progressistas” pode ser bastante restritiva, e para uma compreensão mais rebuscada sobre a Igreja, é necessário nos atentarmos ao fato de que em algumas “[...] questões morais e comportamentais, tais como aborto, divórcio e liberdade sexual, [os bispos] tendiam a ser muito coesos, a despeito da maneira como se comportavam diante das questões políticas no país.” (GOMES, 2014, p. 192).

Ainda segundo o autor,

Tais bispos nunca formaram um bloco monolítico. Usou-se classificá-los estritamente como conservadores ou progressistas, com algumas gradações fixas entre esses extremos, porém, de certo modo, essa divisão é insuficiente, embora aceitável em um primeiro momento de análise. Sua preocupação nunca se resumiu aos assuntos políticos do país. Em nenhum momento eles abdicaram de pensar as questões religiosas, esforçando-se, ao contrário, para ‘derivar suas posições sociais de princípios evangélicos’. (GOMES, 2014, p. 78 e 79).

Os bispos não só compartilhavam de ideias conservadoras entre si, mas também era algo que tinham em comum com os militares, por isso os documentos produzidos pela comunidade de informações tendiam a focar nas questões em que demonstravam a contestação dos bispos em relação ao regime, apesar de ser possível encontrar documentos que apontavam acusações a membros da Igreja partindo de um caráter moralista que eram produzidos mais no intuito de desqualificar os opositores do regime do que para a contribuição na tomada de decisões governamentais.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, IGREJA CATÓLICA E A VIGILÂNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

2.1. Dom Helder Camara e os movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI.

Um dos membros da Igreja Católica que mais causava preocupação à comunidade de informações devido às suas atividades políticas e que tem seu nome constantemente citado em documentos o SNI foi o arcebispo dom Helder Camara.

No decorrer da nossa pesquisa empírica no acervo do Fundo SNI - Agência Pernambuco, nos deparamos com um dossiê de mais de 150 páginas sobre o bispo, o ARE_ACE_3620_82_001 e o ARE_ACE_3620_82_002. Neste documento constam informações como “nome”, “filiação”, naturalidade/“natural de”, “Profissão”, um longo histórico sobre as atividades de dom Helder desde 1965 a 1978, e, em anexo, um longo prontuário e recortes de publicações feitas em jornais sobre o bispo.

Nascido em Fortaleza, Ceará, no ano de 1909, Helder Camara teve formação intelectual no seminário diocesano de Fortaleza, onde era promovida um tipo de formação muito restrita que contribuiu no distanciamento de Helder dos reais problemas humanos. O futuro bispo foi educado a ter uma visão de mundo dividida em dois campos: capitalista e comunista. Segundo as palavras do próprio dom Helder citadas por Edvaldo M. Araújo (2012, p. 45):

O comunismo era intrinsecamente perverso, e o capitalismo o defensor da ordem cristã. No seminário recebia uma visão de mundo muito ingênua e muito pobre; isso me preparou a assumir em seguida as piores posições. Sai do seminário com ideias que hoje impressionam quando a encontro em outros. Porém isto me preparou também a não condenar, porque passei por aquela experiência... Devia viver muito e andar muito até descobrir que um sistema como o capitalismo, que coloca o lucro acima do homem, é também esse intrinsecamente mau. (ARAÚJO, 2012, p. 45).

Helder Camara foi de militante da Ação Integralista Brasileira¹² a um dos mais emblemáticos opositores da ditadura militar. Em 1952 foi ordenado bispo e no mesmo ano, consagrado como bispo auxiliar do Rio de Janeiro na Igreja da Candelária. “Helder escolheu como lema episcopal *In Manus tuas* [...], deixar-se guiar pela mão de Deus, conduziu-o a descobrir os pobres, a escutar o seu clamor e a lutar pela justiça”. (ARAÚJO, 2012, p. 71). E em 1964, o bispo foi nomeado para a Arquidiocese de Olinda e Recife, tomando posse no dia 12 de abril do mesmo ano, período bastante problemático na história brasileira.

Ao aproximar-se da causa dos mais necessitados, uma das iniciativas tomadas por dom Helder foi a criação da Operação Esperança, que teve o seu projeto formulado durante o Encontro do Nordeste em 1965. A iniciativa da Operação partiu de um momento em que populações ribeirinhas foram atingidas pela inundação do rio Capibaribe e “A grande solidariedade demonstrada na hora do sofrimento do povo inspirou-lhe a criação de uma organização que ajudasse a população carente”. (ARAÚJO, 2012, p. 184). Dom Helder, com a sua grande capacidade de articulação, mobilizou, durante o Encontro do Nordeste, membros do Governo Militar, engenheiros, assistentes sociais, empresários e fiéis de várias religiões no intuito de concretizar o projeto da Operação. Segundo Edvaldo M. Araújo (2014, p. 184):

A Operação Esperança continuou o atendimento às vítimas da enchente, à população do mangue e dos alagados, atendendo a suas necessidades básicas de moradia e de infraestrutura: foram construídos e recuperados os canais da cidade, novos aterros e ampliação das redes de água, luz e esgoto. (ARAÚJO, 2014, p. 185).

Em um documento de 1981, do Fundo SNI - Agência Pernambuco, os analistas que o escreveram dão a entender que dom Helder estava tendo desentendimentos com as entidades europeias que contribuíam financeiramente com a Operação, pois, o bispo, supostamente, não estaria demonstrando para onde os recursos estavam sendo destinados. Todavia, não há provas no documento que atestem esta afirmação. O documento é tendencioso desde o seu título: DESPRESTÍGIO DE DOM HÉLDER CÂMARA NA EUROPA; e no mesmo contém as seguintes afirmações:

1. Esta Agência teve conhecimento do declínio de prestígio e de relacionamento existente entre o Arcebispo de OLINDA e RECIFE, Dom HÉLDER CÂMARA, e o sr. FRANCISCO H. J. MOOREN (Endereço: Fred Hendrikplantscen - 22 - LEIDERDORP - HOLANDA).
2. O referido cidadão é um dos principais articuladores para obtenção de recursos financeiros de organizações religiosas da EUROPA, destinados à “Operação Esperança”, criada por aquele Arcebispo. Todavia, a prestação de contas feitas pela “Operação Esperança” não vem satisfazendo as entidades doadoras

¹² “A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada por Plínio Salgado com a publicação do ‘Manifesto de Outubro’ em 7 de outubro de 1932. De inspiração fascista, pregava a valorização da Pátria, a defesa da tradição e da família, os valores militares e declarava-se contra o capitalismo e o comunismo”. (ARAÚJO, 2012, p. 49 e 50).

européias. (ARE_ACE_2122_81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo).

Mesmo que tenha ocorrido desentendimentos entre o bispo e o holandês, isso não significa que a imagem de dom Helder estava sob declínio na Europa. Como os problemas das pessoas atingidas pela enchente do Rio Capibaribe estavam sob controle, a Operação Esperança, em 1971, focou na tentativa de amenização dos problemas relacionados às questões fundiárias buscando redistribuir terras e oferecendo assessoria jurídica às pequenas comunidades rurais de Pernambuco.

[...] a Operação Esperança promoveu assentamentos rurais, por intermédio da compra dos engenhos Ipiranga, no Cabo, e Taquari, em Sirinhaém, zona canavieira do Estado, com recursos recebidos da Misereor (Alemanha) e Adveniat (Holanda). Em 1974, com o dinheiro dos prêmios Popular da Paz de Oslo, Noruega e Frankfurt, aproximadamente 300 mil dólares foram investidos na compra de um terceiro engenho de 810 hectares no município de Amaraji. Os três engenhos revelam o empenho em umas das preocupações principais de Dom Helder: o problema da terra e do trabalho para o homem do campo. (ARAÚJO, 2012, p. 185 e 186).

Entre finais dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, membros da Igreja Católica e leigos foram presos, torturados e mortos, o que contribuiu para que uma ala da Igreja, que ficaria conhecida como clero “progressista”, rompesse dez vezes com o Estado e passasse a denunciar internacionalmente as arbitrariedades que ocorriam no Brasil; houve também, nesse período, a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e os primeiros passos foram dados para o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

Durante esse período, a CNBB tornou-se “a voz dos que não tem voz”, ao defender as vítimas da tortura e os pobres. [...] As inovações deram origem à “opção preferencial pelos pobres”, oficialmente adotada pela Igreja latino-americana em Puebla, México, em 1979. (SERBIN, 2001, p. 48 e 49).

Um exemplo significativo do distanciamento entre militares e a Igreja “progressista” foi quando o Arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, que a princípio apoiava os militares no combate ao comunismo, ao nosso ver, partindo de uma cultura política conservadora que a Igreja Católica e os militares tinham em comum, teve a sua amizade de trinta anos com o general Antônio Carlos Muricy rompida, ao negar-se a rezar a missa em celebração do segundo aniversário da “Revolução”, em 1966. “A partir desse momento, Dom Helder deixou de lado suas ilusões com o novo regime, usando as palavras de pregador para fustigar todos quantos lhe parecessem hostis aos ensinamentos do seu Deus.” (CAVALCANTI, 2008, p. 367).

No documento ARE_ACE_3620_82_001¹³, está anexada a carta, que deixaria o general Muricy perplexo, que dom Hélder enviou ao general Francisco Damasceno Portugal, negando-se a rezar a missa.

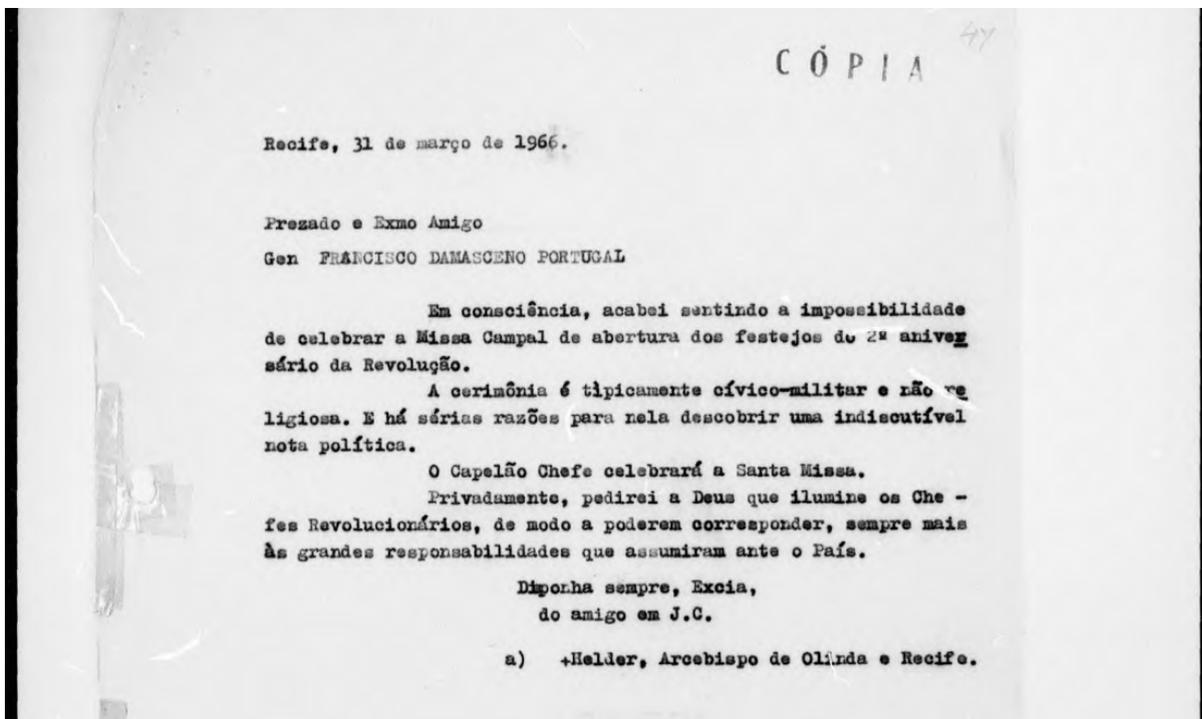


Figura 2 - Carta de d. Helder Camara.

Fonte: ARE_ACE_3620_82_001. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo.

A tensão entre os militares e dom Helder aumentava paulatinamente até chegar o momento em que a discordância entre eles ficaria escancarada e o bispo se tornaria um dos principais alvos do regime.

Tão logo foi decretado o AI-5, dom Helder Câmara teve encontro cordial com o general Alfredo Souto Malan, que substituíu o general Rafael de Souza Aguiar no comando do IV Exército, e combinaram superar ou minimizar todos os incidentes que pudessem ser superados. Mesmo assim, já na semana seguinte, o mesmo general Malan interpelou o consultor jurídico da 7ª Região Militar para saber como enquadrar na Lei de Segurança Nacional o arcebispo de Olinda e Recife e o de João Pessoa, dom José Maria Pires, sendo aconselhado a conversar antes de qualquer medida a ser tomada, com o presidente da República. Dom Helder Câmara não se intimidou. (CEMVDHC, Vol. 2, 2017, p. 299).

O bispo passou a ser excessivamente vigiado pela comunidade de informações após posicionar-se contra os desmandos dos militares e a denunciar internacionalmente as torturas que ocorriam no Brasil, já que evitava emitir publicamente, no país, suas denúncias devido à

¹³ Dossiê sobre dom Helder Camara. ARE_ACE_3620_82_001. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo.

censura. Segundo Paulo César Gomes (2014), dom Hélder muito preocupava a comunidade de informações por expor no exterior as violações dos Direitos Humanos que estavam ocorrendo no Brasil, sendo o bispo que mais incentivou a espionagem a produzir desenfreadamente documentos de informações. O bispo “[...] foi acusado de ser o ‘responsável máximo pela campanha difamatória no estrangeiro’, existindo inúmeras acusações disparatadas contra ele”. (FICO, 2001, p. 195).

[...] O clero, principalmente, pela ação de D. HÉLDER CÂMARA, Arcebispo de OLINDA e RECIFE, vem desfêchando intensa campanha contras as prisões dos indiciados no envolvimento com o PCR, tendo em vista que dois dos indiciados (EDIVAL NUNES DA SILVA e NILSON LUSTOSA E SILVA) fazem parte de organizações pertencentes a Arquidiocese de OLINDA e RECIFE, e são elementos de confiança daquele Arcebispo. Tal campanha, é feita na maioria das igrejas da Arquidiocese de OLINDA e RECIFE, procurando sempre colocar o DPF/PE em situação difícil perante a opinião pública, como sendo um órgão que faz prisões ilegais, e tortura os presos. (ARE_ ACE_1971_81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo).

O bispo tornou-se um dos focos principais da comunidade de informações, que produziram muitas informações sobre ele, principalmente devido às suas atividades no exterior:

[...] a preocupação com a imagem externa do Brasil é um *tópos* nesses relatórios, e não é exagero afirmar que essa é uma característica bastante evidente da cultura política brasileira. Os governos militares evitavam, de todo modo, a divulgação de notícias que denunciassem o caráter repressivo do regime, paralelamente ao esforço que faziam para tornar o Brasil uma ‘grande potência’. A possibilidade do país ficar conhecido pelo autoritarismo de seu sistema político e pela prática rotineira da tortura atormentava seriamente os governantes, sobretudo a partir de 1969, com a implantação do DOI-Codi. (GOMES, 2014, p. 120).

Por ser protegido pelo “escudo” da Igreja Católica, devido a sua posição de arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom Hélder dificilmente teria a sua integridade física atingida pelos agentes da ditadura. Sendo assim, estes e seus apoiadores buscavam atingi-lo de outras formas, como foi o que aconteceu no caso do padre auxiliar de dom Helder, o padre Henrique, que foi assassinado brutalmente, ao que tudo indica, pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

No dia 27 de maio de 1969, o Recife tomou ciência de um crime bárbaro. Num matagal próximo à Cidade Universitária, foi encontrado morto o padre Antônio Henrique Pereira Neto, de 29 anos incompletos, professor de sociologia nos colégios Marista e Vera Cruz e na Escola Técnica de Pernambuco, amigo pessoal de dom Hélder e responsável pela Pastoral da Juventude, no Recife. Estudara nos Estados Unidos e, naqueles tempos do crime, especializava-se em trabalhos ligados à problemática dos jovens de sua geração. Seu prestígio no meio da mocidade era enorme. [...] O cadáver do padre Henrique apresentava sinais de tortura: várias facadas e hematomas no tórax e no rosto, duas balas alojadas no crânio e no pescoço. A *causa mortis* constatada pela necrópsia acusava asfixia provocada por enforcamento. (CAVALCANTI, 2008, p. 370).

Houve significativa comoção em torno da morte do padre e grande indignação popular que pressionaram as autoridades para que solucionassem o assassinato, caso que nunca foi resolvido e os verdadeiros responsáveis nunca presos, pois o assassinato foi orquestrado por integrantes das forças repressivas no intuito de alertar dom Helder.

É inegável que a morte do padre Henrique visava intimidar o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, nessa época ‘excomungado’ pela ditadura. Na pessoa de seu auxiliar, encarregado da Pastoral da Juventude, pretendia-se emudecer a voz do grande pastor, que jamais cedeu às pressões do regime militarista, denunciando-as em todas as tribunas do mundo. (CAVALCANTI, 2008, p. 381).

Pouco tempo depois do assassinato do padre Henrique, dom Helder sofreu também outro ataque. Em 1970 foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, porém, o governo militar com o apoio de empresários como Henning Boilesen¹⁴, presidente da Ultragaz na época, promoveram uma intensa articulação para boicotar a premiação do bispo. No ano seguinte, dom Helder receberia outra indicação que também sofreria interferências políticas do Estado autoritário brasileiro. Sendo assim, foi criado o Prêmio Popular da Paz pela Associação da Juventude Norueguesa com o apoio de vários países europeus, arrecadando um milhão e meio de coroas norueguesas; a Alemanha Ocidental também criou um Prêmio Popular da Paz, arrecadando dois milhões de marcos. Dom Helder ganhou os dois prêmios, utilizando o dinheiro para financiar os assentamentos da Operação Esperança.

Não somente os bispos, mas os padres estrangeiros e entidades ligadas à Igreja Católica causavam grande preocupação na comunidade de informações, estando sob constante vigilância do SNI. Segundo um Arquivo Cronológico de Entrada (ACE), de 1981, da Agência Pernambuco do Serviço, o padre belga, Charles Becco, coordenador da Ação Católica Rural (ACR), havia sido transferido da sua paróquia em Ribeirão/PE para a paróquia de Jussaral, distrito do município do Cabo/PE, pois estava instigando a “discórdia entre trabalhadores e proprietários rurais”¹⁵. Segundo o documento:

A finalidade da ACR é propiciar um clima de descontentamento no meio rural, levantar discórdia entre empregados e empregadores, fomentando pequenas rebeliões de grupos. Tendência esquerdista com característica da linha chinesa, doutrinação do homem do campo no intuito de leva-lo à luta. Possui, também, ligações com entidades eclesásticas e sindicais. (ARE_ ACE_ 1971_ 81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo)

¹⁴ Conhecido por financiar a Operação Bandeirantes (OBAN). Morto em 15 de abril de 1971 pela ALN (Ação Libertadora Nacional). Sobre sua trajetória e morte, ver o documentário: Cidadão Boilesen, dirigido por Chaim Litewski.

¹⁵ ARE_ ACE_ 1971_ 81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo.

Inúmeros padres, bispos e freiras foram vigiados, perseguidos e, por vezes, mortos, por atuarem a favor dos estudantes, dos trabalhadores urbanos e rurais, dos mais pobres, especialmente dom Helder que foi uma das maiores vozes, senão a maior, a denunciar o desrespeito aos Direitos Humanos que ocorriam no país e, apesar de ter significativa participação nas reivindicações estudantis no movimento urbano, também participou de atividades referentes às questões fundiárias, posicionando-se ao lado dos trabalhadores do campo.

Com isso se demonstrava mais uma vez que, quando os conflitos econômicos e sociais se aguçam, a consciência de classe fala mais alto do que os sentimentos religiosos. E cardeais, bispos, arcebispos, padres e até papas deixam de ser “os enviados de Deus na terra” para encarnar, botando fogo pela boca, a personificação de Belzebu, sinônimo de “comunista” e “subversivo”. (CAVALCANTI, 2008 p. 365).

Segundo Fico (2001), para a comunidade de informações, com a sua “obsessão persecutória”, o perigo do comunismo não havia cessado com o dismantelamento dos movimentos de esquerda e com a repressão à luta armada, pois os padres, a partir da luta humanitária, apresentavam significativo “perigo vermelho”, principalmente com a abertura “lenta, gradual e segura”.

Com a distensão política de Geisel, houve a retomada dos movimentos sociais no campo, praticamente extintos pela repressão em anos anteriores, com o apoio orgânico de alguns setores da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação. O clero “progressista”, e os trabalhadores rurais que se organizavam coletivamente para defender os seus direitos, foram intensamente vigiados pelo Serviço Nacional de Informações.

2.2. Reorganização dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata pernambucana: as greves em São Lourenço da Mata, Paudalho e Igarassu.

Nos anos de 1950 e início de 1960, a zona canavieira de Pernambuco vivenciou experiências muito importantes no que diz respeito às mobilizações de trabalhadores no campo em prol dos seus direitos, a exemplo do Engenho Galileia, da Cooperativa de Tiriri e, como fruto das lutas das Ligas Camponesas, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP)¹⁶. Estas iniciativas seriam dismanteladas nos anos seguintes e seus militantes reprimidos violentamente, principalmente devido à chegada dos militares ao poder.

¹⁶ Sobre essas iniciativas, ver COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. Relatório final: volume 2. Recife: CEPE, 2017; e COELHO, Fernando. Direita, volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004, p. 271 - 286.

O golpe militar aniquilou todas estas tentativas, promovendo uma volta radical aos modelos históricos de latifúndio, monocultura e sujeição da mão de obra na modalidade juridicamente mais radical possível. Ele os absolutizou. (DABAT, 2016, p. 156)

Em depoimento realizado, em sessão pública, em 18 de agosto de 2016 à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), sobre a violência que foi praticada nas áreas rurais de Pernambuco, José Joaquim da Silva, Zito da Galileia, neto de Zezé da Galileia, um dos fundadores da SAPPP revelou o seguinte:

O Exército entrou dentro de Galileia com três caminhões de soldados, pra buscar Zezé, meu avô, Rosário e João Virgínio. Não pegou ninguém lá, mas depois eles se entregaram. Aí pegaram Zezé, meu avô, com mais de 60, quase 70 anos, trouxeram pra RO de Olinda, colocaram num cubículo quadrado pra ficar deitado em um papelão no chão, davam pão, mas não davam água pra ele beber. Ele só bebia água porque no meio da cela tinha... O esgoto estava quebrado, aí ele jogava a água do esgoto na boca. Comia pão e jogava a água do esgoto dentro da boca. Aí deu um AVC nele, dentro da cadeia, ele não prestava mais aí mandaram soltar. E isso foi já no golpe militar. João Virgínio foi preso, é aquele que está no filme “Cabra marcado para morrer”, colocaram ele num tanque de fezes, com fezes até a boca do estômago, pra ficar 24 horas em pé. Isso não é brincadeira nem coisa que se faça. Rosário foi preso e outras pessoas que foram presas também. (CEMVDHC, Vol. 2, 2017, p. 159).

As forças repressivas do Estado autoritário em comunhão com o policiamento dos grandes proprietários de terras em Pernambuco reprimiram as mobilizações de trabalhadores no campo, estas que viriam retornar somente durante o período de distensão política iniciado no governo Geisel, em 1974. Segundo Ralph Della Cava (1988, p. 238), a distensão política foi pensada pelos militares e foi estabelecida como uma forma de controlar um pequeno grupo da chamada “linha dura” dentro das Forças Armadas, e não no intuito, pelo menos não até meados dos anos 1990, de devolver o governo para a sociedade civil.

A distensão política, que a partir de 1978 seria chamada de abertura política¹⁷, proporcionou a retomada da mobilização no campo e os trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco iniciaram campanhas salariais a partir dos anos de 1979, com o apoio de alguns membros da Igreja Católica, incomodando tanto os militares quanto os “barões feudais”¹⁸. Essas mobilizações estiveram sob a constante vigilância dos agentes do SNI.

Em um de seus documentos, em que consta a lista dos dirigentes do I Congresso de Delegados Sindicais da Zona da Mata/PE¹⁹, ocorrido no início do mês de agosto de 1981, que

¹⁷ Ralph Della Cava em “A Igreja e a abertura, 1974-1985”, de 1988, diferencia o termo “distensão do termo “abertura”.

¹⁸ Termo utilizado por Paulo Cavalcanti em “O caso eu conto como foi: fatos do meu tempo: memórias políticas”, de 2008, p. 365.

¹⁹ ARE_ ACE_2003_81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo.

inclui o arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Camara, o Serviço anexou recortes de jornais em que descreviam que a greve estava sendo organizada por entidades religiosas e políticas que nunca tiveram interesse nos problemas dos trabalhadores rurais e apenas buscavam criar conflitos no campo, assim desconsiderando a autonomia dos trabalhadores de organizarem-se em prol de suas demandas. Todavia, segundo a cartilha do Congresso, logo na sua apresentação é afirmado que o evento foi “[...] uma vitoriosa realização da classe trabalhadora.” no intuito de “[...] preparar os trabalhadores para a Campanha Salarial de 1981”²⁰.

Ainda segundo a cartilha do evento, este foi coordenado pelos Sindicatos de Trabalhadores da Zona da Mata, pela Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Pernambuco (FETAPE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Com a presença de 400 delegados sindicais, representantes dos trabalhadores rurais, entre os objetivos do Congresso estava a mobilização para a campanha salarial daquele mesmo ano. Houve o apoio da Igreja Católica, como fica evidente na cartilha, todavia, o evento foi planejado e coordenado por entidades que representavam os trabalhadores rurais.

Os analistas do Serviço também apontam, aparentemente no intuito de descredibilizar a mobilização, que a greve estava sendo articulada antes mesmo de haver uma tentativa de negociação com os patrões,

O encontro teve como finalidade mobilizar os trabalhadores para prepararem a greve da zona canavieira, mesmo sem antes haver sido mantidos entendimentos entre patrões e empregados em torno das reivindicações que serão apresentadas por ocasião do próximo dissídio coletivo da classe, previsto para o mês de outubro de 1981. (ARE_ ACE_2444_81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo.

Não é incomum encontrar nos documentos do SNI e dos outros órgãos de informações, a inferência de que a Igreja induzia os trabalhadores no campo a voltarem-se contra seus patrões. Nesses documentos,

O clero é sempre visto como manipulador das populações rurais e indígenas. Os camponeses e os índios sempre considerados ineptos, estariam sendo incitados a questionar a ordem estabelecida e estimulados à insubordinação. Para a espionagem, esses grupos jamais seriam capazes desses atos de contestação sem a interferência de “agitadores”, entre os quais sobressaíam os religiosos. (GOMES, 2014, p. 180).

²⁰ SINDICATOS; FETAPE; CONTAG. 1º Congresso de Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco. Olinda, 1981. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=3778>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Contudo, no confronto com fontes bibliográficas é possível compreender a atitude dos trabalhadores e o caráter ludibrioso dos documentos. Havia significativa descrença dos trabalhadores rurais em relação às promessas de patrões e políticos, que não costumavam cumprir com os acordos, e isso não era algo novo, como é possível perceber no depoimento, de 1979, do trabalhador José Alves de Souza Irmão, que assim como outros canavieiros enxergava na greve a única saída possível para a garantia de algum ganho para a classe.

Estou vivendo de modo igual ou pior do que naquele tempo [...] Nada do que ele [o Presidente] prometeu a todos daqui foi cumprido [...] continuo comendo beira de jabra (carne de charque de má qualidade) com farinha. E agora, [...] só acredito na greve que estamos fazendo. Se ela não melhorar a nossa situação, sei que ninguém vai conseguir isso. (BEZERRA, 2015, p. 334).

Também fica evidente o furor do Serviço em desmobilizar e deslegitimar a greve de 1981.

Se desde o início a Polícia atuar, impedindo piquetes, a greve não terá êxito. Além disso, os donos de Engenho, em 1980, organizaram grupos de autodefesa, não permitindo a presença de pessoas estranhas nas propriedades. A opinião pública vem sendo esclarecida sobre as atividades desencadeadas na zona rural do Estado de PERNAMBUCO, através de artigos e editoriais, publicados na imprensa local e do Sul do País, sobre o movimento de deflagração de greve por parte dos trabalhadores da agroindústria do açúcar”. (ARE_ ACE_2444_81. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo).

Apesar do SNI não reconhecer o protagonismo dos trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco e a sua capacidade organizativa:

Na campanha salarial de 1981, os trabalhadores conseguiram manter as conquistas consagradas no Dissídio Coletivo de 1980 e ampliar direitos. Além do aumento de 50% nos salários, representantes sindicais e trabalhadores comemoraram a unificação salarial de todos os trabalhadores canavieiros de Pernambuco. [...] A campanha salarial de 1981 demonstrou a força política e a organização do sindicalismo rural na zona canavieira. (BEZZERA, 2015, p. 335 e 336).

A Agência Pernambuco do Serviço Nacional de Informações, através dos seus agentes, tinha informações sobre os detalhes que ocorriam antes e durante as campanhas salariais dos trabalhadores da zona canavieira, como é possível perceber no seguinte documento referente à greve de 1984:

Nos dias 16 e 23 SET 84 foram realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias (1ª e 2ª Convocações) nos 44 SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS (STR) da ZONA CANAVIEIRA/PE, e todos obtiveram o quorum previsto em Lei (no dia 16 SET 84, 06 STR e no dia 23 SET 84 os 38 STR restantes). Os patrões e a DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM PERNAMBUCO (DTR/PE) foram notificados, e aquela Delegacia do Trabalho promoveu Reuniões Conciliatórias entre as partes interessadas nos dias 19 SET 84 e 25 SET 84, as quais

não obtiveram êxito, tendo a classe trabalhadora paralizado suas atividades nos dias 20 SET 84 (06 STR) e 24 SET 84 (38 STR restantes). (ARE_ ACE_ 6426_ 84. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo).

Nesse mesmo documento, é possível notar o hábito que os analistas do Serviço tinham em apontar os trabalhadores no campo como sujeitos manipuláveis:

Foi constatada na Zona Rural a presença de pessoas estranhas à classe dos canavieiros, antes e durante a eclosão da greve, dentre elas elementos do Clero, bem como originados de outros Estados, com vistas a apoiar e a incitar aqueles trabalhadores a paralisarem suas atividades. (ARE_ ACE_ 6426_ 84. Fundo SNI - Agência Pernambuco. Arquivo do Memorial da Democracia. Fundação Casa de José Américo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi mostrado, notamos como a comunidade de informações construiu uma imagem acerca daqueles que estavam sob a sua vigilância. Uma ala da Igreja Católica era frequentemente citada nos documentos como “subversiva”, “progressista” e “comunista”, e os seus membros sendo devidamente identificados e constantemente mencionados nos relatórios, como foi o caso do arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Camara. Já com os trabalhadores da zona canavieira que também estiveram sob os olhos do SNI, o tratamento era diferente, pois estes eram tratados de forma genérica, como uma grande massa de ignorantes que eram influenciados pela Igreja “progressista”.

Com a análise da bibliografia referente a constituição e atuação do Serviço, percebemos que ele cumpriu com a sua função de ser “os olhos” do Estado autoritário e, por vezes, até extrapolou o seu objetivo inicial de ser o fornecedor de informações à presidência da República, quando os agentes do órgão de informações passaram a produzir informações de forma desenfreada devido ao medo de perder a sua relevância, principalmente durante o período analisado neste trabalho, o período de abertura política.

Já a partir da análise bibliográfica e dos documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, percebemos a atuação de parte da Igreja Católica em conjunto com os movimentos sociais no campo no que diz respeito às mobilizações dos trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco referente às paralisações que ocorreram a partir do final dos anos 1970. Todavia, diferentemente do que os analistas no Serviço relatavam nos documentos, notamos, a partir do confronto com fontes bibliográficas, que os trabalhadores possuíam autonomia de iniciativa para reclamarem pelos seus direitos e a Igreja “subversiva” os apoiou direta ou indiretamente, mas não era a grande agitadora e incentivadora das greves.

Diante do exposto é possível concluir que a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações, expressada através dos seus documentos, promoveu uma constante busca para deslegitimar e desmobilizar as organizações de trabalhadores rurais que atuavam em busca dos seus direitos básicos na zona canavieira de Pernambuco, na tentativa de provar a existência da desordem no país, mais especificamente na área rural, reproduzindo e reforçando os discursos dos jornais de grande circulação no estado que expressavam a opinião da elite, dos donos de engenhos; e de justificar a necessidade da atuação do Serviço, este que promoveu a violação dos Direitos Humanos e trouxe consequências irreparáveis a vários indivíduos vigiados, estas que persistem até a atualidade. E é devido a essas persistências que almejamos que este trabalho sirva à reflexão da sociedade brasileira, “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”²¹.

²¹ Título do livro de Carlos Artur Gallo Cabrera (2014).

REFERÊNCIAS

Fontes

Fundo SNI – Agência Pernambuco. Acervo disponível no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Vídeos

CIDADÃO BOILESEN. Direção: Chaim Litewski. Produção de Chaim Litewski, Pedro Asbeg, Antonio Venâncio e Cleisson Vidal. Brasil: Imovision, 2009. (92 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

ARAÚJO, Edvaldo M. **Dom Helder Camara**. Profeta-Peregrino da justiça e da paz. Pensamento teológico e antropológico. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2012.

BARROS, José d'Assunção. História social e retorno do político. *In*: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. **Campos da Política: Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10 - 46.

_____. **A História Social:** seus significados e seus caminhos. LPH - Revista de História da UFOP. n° 15, 2005. p. 1 - 23.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Fontes sensíveis da história recente. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015, p. 173 - 193.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol.4).

CABRERA, Carlos Artur Gallo. **Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça:** um Estudo sobre o Trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

CASTRO, Hebe. História Social. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 45-59.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como foi:** fatos do meu tempo: memórias políticas. 2. ed. revista ampliada. Recife: CEPE, 2008.

COELHO, Fernando. Direita, volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004, p. 271 - 286.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. **Relatório final:** volume 1. Recife: CEPE, 2017.

_____. **Relatório final:** volume 2. Recife: CEPE, 2017.

DABAT, Christine Rufino. “Absolutização da propriedade fundiária, da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar”. *In:* OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.). **Poder, memória e resistência:** os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA/Mídia Editora, 2016, p. 155-179.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985).** Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 252. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169 - 184.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. “**Onde termina a justiça social e começa a subversão?**” **Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 265. 2020.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministérios do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JULLIARD, Jacques. A Política. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180 - 196.

LE GOFF, Jacques. “A Política Será Ainda A Ossatura da História?”. *In*: LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

MORAES, Márcio André Martins de. Amigo ou inimigo? Dom Helder Pessoa Câmara e os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1966). *In*: SILVA, Marcília Gama; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do Golpe**, volume 1: educação, arte-cultura e religião. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 490 - 510.

NASCIMENTO, D. F. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): O Estado de Pernambuco Vigiado**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 116. 2013.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos. *In*: BEZERRA, Josineide da Silva; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; NUNES, Paulo Giovanni Antonino (Orgs.). **História Política: rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 39, p. 19 - 36, jul./dez. 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia na Paraíba (1978-1979). *In*: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil**:

lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

RÉMOND, René. Uma história presente. *In*: RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13 - 36.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Marcília Gama; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do Golpe,** volume 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

_____. **Pernambuco na mira do Golpe,** Volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985).** Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPB, João Pessoa, p. 229. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa,** vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.